

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

DANIELE OLIVEIRA

**HISTÓRIAS ORAIS: EDUCAÇÃO SEXUAL FORMAL E INFORMAL DE DOCENTES
DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ -
SEDE**

MARINGÁ

2015

DANIELE OLIVEIRA

**HISTÓRIAS ORAIS: EDUCAÇÃO SEXUAL FORMAL E INFORMAL DE DOCENTES
DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ -
SEDE**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá,
como requisito parcial obtenção do grau
de licenciada em Pedagogia.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Eliane Rose Maio

MARINGÁ

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Cicero e minha mãe Cleuza que confiaram em mim e me deram o maior apoio para a realização do meu sonho; aos meus irmãos Emerson, Gustavo e Miguel que sempre me ajudaram e à minha irmã Suelen que nos momentos bons ou ruins todos e todas estiveram comigo.

Agradeço também a Solaine (Preta) que é uma pessoa maravilhosa, que me incentivou a estudar, me ajudou quando precisei e minha primeira patroa, que com suas broncas me fez uma pessoa melhor, à Elisa e Alice meus bebês que cuidei. As meu padrinho Marcel e à madrinha Solange, esta última que foi minha professora que me disse: “vá fazer Pedagogia” e por isso hoje estou terminando este Curso, meu, muito obrigada a vocês.

Dedico este trabalho e aos quatro anos de faculdade à minha melhor amiga que hoje não está entre nós, mas sei que de onde estiver, estará feliz pelo minha conquista. Lembro-me de nossa brincadeira de escolinha quando éramos pequenas... sempre me lembrarei de você minha querida amiga Laís Aparecida de Souza Mattos (*in memoriam*).

Querida orientadora Eliane Maio meu muito obrigada por você me “aturar” esses anos todos, nunca irei esquecer-me das nossas conversas, o nosso primeiro encontro, as risadas, as conquistas que tivermos, os eventos, só tenho que te agradecer muito mesmo e te levar comigo dentro do meu coração o resto da vida. Amo muito você e aprendi muito com a vossa pessoa e quero continuar aprendendo cada vez mais.

Querido Co-orientador Márcio Oliveira muito obrigada pela paciência com a minha pessoa, você me ajudou muito desde minha chegada a esta Universidade até o término, que te agradeço por tudo. Adoro muito você e te levarei comigo para onde eu for, lembrando-se dos seus ensinamentos como amigo e co-orientador.

Quero agradecer às minhas amas Simone Morais, Lilian Ciardulo, Maiara Assunção, Maria Isabel, Bianca Rodrigues, Mariana Facina, Jaqueline Bossoni, e às outras colegas por convivermos por quatro anos juntas, tantos desafios, alegrias, momentos ruins e vencemos.

Quero agradecer à Ana Paula Brenzan que me ajudou nos estágios juntas, rimos, choramos, fofocamos e nos divertimos minha, amiga que vou levar sempre comigo.

Também agradeço aos/às professores/as por tudo, nas aulas, conversas, ensinamentos, todos os dias durante todos esses anos.

E ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX), grupo que me acolheu de coração aberto, depois que fui abordada pela Vanessa, pude assim, conhecer as possibilidades de trabalho, discussões, que nos levou a diversas pesquisas, como esta.

Adoro gente que gosta de gente!

Eliane Maio

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
1. INTRODUÇÃO	9
2. APRESENTANDO UM BREVE HISTÓRICO DA SEXUALIDADE ENTRE OS SÉCULOS XVI AO XX 11	
3. SEXUALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: UM FOCO NO SÉCULO XXI	15
4. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEM: EXISTEM QUESTÕES SOBRE SEXUALIDADE?	18
5. ENTREVISTANDO OS/AS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – Pedagogia-sede	29
5.1 EDUCAÇÃO SEXUAL FAMILIAR	30
5.2 EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR	33
5.3 HISTÓRIAS ORAIS SOBRE SEXUALIDADE NA FAMÍLIA	34
5.4 IMPRESSÕES SOBRE ATUAÇÃO DOS/AS PROFESSORES/AS SOBRE A TEMÁTICA E PROPOSTAS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR.	36
5.5 CURSO DE PEDAGOGIA DA UEM: QUESTÕES SOBRE SEXUALIDADE.....	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
7. REFERÊNCIAS.....	42
8. APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO	45
9. APÊNDICE 2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	46

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as histórias orais dos/as docentes do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – *campus* sede, sobre temáticas relacionadas à sexualidade, com a interligação na Matriz Curricular do Curso. Realizou-se uma pesquisa de campo com 16 professores/as dos Departamentos Teoria e Prática da Educação (DTP) e Fundamentos da Educação (DFE) sobre como foi a educação sexual formal e informal dos/as mesmos/as e com isso foram feitas análises das respostas dos/as entrevistados/as, e da análise da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia. Concluiu-se que há muitas implicações nas falas dos/as entrevistados/as, sobre as questões da sexualidade, em suas vivências, bem como a importância destas discussões no Curso de Pedagogia.

Palavras-chave: Educação; Sexualidade; Currículo; Histórias Orais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the oral histories of / the School of Education faculty of the State University of Maringa (UEM) - campus based on themes related to sexuality, to the interconnection in the Matrix Curriculum Course. We conducted a field survey of 16 teachers the Departments Theory and Practice of Education (DTP) and Foundations of Education (DFE) how was the formal sex education and informal them and with that analysis was made of the responses the respondents, and the analysis of the Curriculum Matrix Education Course. It was concluded that there are many implications in the speeches of the respondents, on issues of sexuality, in their experiences, and the importance of these discussions in the Pedagogy Course.

Keywords: Education; Sexuality; Curriculum; Oral Histories.

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade é um tema que tem chamado à atenção nos últimos tempos, no Brasil, principalmente por ser considerado, ainda, um tabu. Exemplo disso são as discussões que acontecem nas instâncias governamentais tais como as palavras relacionadas a gênero, diversidade sexual, orientação sexual e sexualidade, por exemplo, foram suprimidas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), documento do Governo Federal, já os 22 Estados que aprovaram seus Planos Estaduais de Educação até Janeiro deste ano (2015), 13 incluíram a palavra igualdade de gênero, são eles Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Alagoas e Rio Grande do Norte (SALGADO, 2016).

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo analisar as histórias orais dos/as docentes do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – *campus* sede, sobre temáticas relacionadas à sexualidade, com a interligação na Matriz Curricular do Curso.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa de campo, que para Marconi e Lakatos (2010, p.169),

pesquisa de campo é aquela utilizada como objetivo de conseguir informações e/ou acerca de um problema, pra qual se procura uma resposta, ou uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles.

As autoras ainda apontam que para se fazer uma pesquisa de campo é necessário fazer uma pesquisa bibliográfica, e para embasar esse escrito, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que abrange parte da “[...] bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.166).

Este trabalho se deu pelo motivo de como foi à educação sexual formal e informal dos/as docentes do Curso de Pedagogia e o que essa educação apresenta implicações nas disciplinas compostas na Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da UEM, e com isso foi realizada uma análise desta Matriz para

identificar se há disciplinas que tratam da temática sexualidade, em seus conteúdos.

Por isto há o interesse em discutir esta temática neste trabalho e, saber a opinião dos/as docentes do Curso de Pedagogia da UEM-sede, visando saber, pela fala dos/as mesmos/as se há a necessidade de ter disciplinas no referido Curso.

Neste sentido ao se pensar na relação entre sociedade e escola, o padrão estabelecido por ela que é a heteronormatividade que coloca em questão Homem e Mulher que formam um casal heterossexual. E este padrão que é estabelecido pela sociedade como certo, é reforçado muitas vezes na escola. Para Santos e Araujo (2009, p.22) quando apontam que “a heteronormatividade masculina, branca de origem europeia ao se impor como normal, regular”.

Ao surgir essa discussão no Curso de Pedagogia, como estes/as professores/as resolvem o assunto dentro da sala de aula, porque hoje há várias formas de famílias, bem como outras questões ligadas aos temas de gênero e sexualidade no espaço escolar.

Em relação ao formato, este trabalho está dividido da seguinte forma: em um primeiro momento será discutido sobre a sexualidade nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX; num segundo momento será discutida a sexualidade na contemporaneidade: século XXI; logo após, será feita uma análise da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia – UEM, para, em seguida, apresentar a metodologia das entrevistas, suas análises e considerações finais.

2. APRESENTANDO UM BREVE HISTÓRICO DA SEXUALIDADE ENTRE OS SÉCULOS XVI AO XX

Os aspectos sobre a sexualidade, no Brasil, começam a ser discutidos no século XVI, um assunto que para a sociedade era um tema que ainda incomodava as pessoas da época, principalmente por conta dos discursos religiosos e conservadores que condenavam as práticas sexuais, “[...] o discurso da Igreja Católica, representado pelos jesuítas, apontava a vida licenciosa e condenava as práticas sexuais correntes” (RIBEIRO, 2004, p.16).

Discursos esses que, pode-se afirmar, foram mudando ao longo do tempo, pois com os costumes do povo ao falar sobre sexualidade, começava-se a discussão sobre sexo, “[...] iniciada timidamente no século XVIII, mudam-se os costumes [...]” (RIBEIRO, 2004, p.17). O autor ainda mostra que no século XVIII a sexualidade é tratada como caso de higiene pessoal e cuidados com a saúde do povo (RIBEIRO, 2004).

Ainda no século XVII o sexo era bastante reprimido pela sociedade e acabava-se voltando para o quarto dos/as pais/mães ou responsáveis, isso fica evidente nos escritos de Foucault (1988, p. 09) quando afirma que o “[...] único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais”. Fora desse ambiente, a sociedade do século XVII não podia falar em sexo, haja vista era negado todo discurso acerca da sexualidade e tudo se reduzia ao silêncio na sociedade.

Ainda, na concepção de Foucault (1988, p. 39),

[...] talvez nenhum outro tipo de sociedade jamais tenha acumulado, e num período histórico relativamente tão curto, uma tal quantidade de discurso de sexo. Pode ser, muito bem, que falemos mais dele do que de qualquer outra coisa: obstinamo-nos nessa tarefa; convencemo-nos por um estranho escrúpulo de que dele não falamos nunca o suficiente, de que somos demasiado tímidos e medrosos, que escondemos a deslumbrante evidência, por inércia e submissão, de que o essencial sempre nos escapa e ainda é preciso partir à sua procura.

Isso faz refletir que a sociedade ocidental produz vários discursos sobre sexo, porém, esta mesma sociedade ainda é “tímida e medrosa” (FOUCAULT, 1988, p. 39), em relação ao tema. Para o autor essas discussões criam conflitos e tensões no século XVIII porque cada pessoa tenta comentar sobre o tema, nesse sentido criam aparelhos para falar sobre o assunto nos últimos séculos, “[...] a característica de nossos três últimos séculos é a variedade, a larga escala dispersão dos aparelhos inventados para dele falar” (FOUCAULT, 1988, p. 40).

Ainda no século XVIII, a sexualidade é discutida na sociedade como uma política econômica do sexo mostrando a forma de classificar e contabilizar, assim Foucault (1988, p. 30) apresenta que

[...] nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar de sexo. E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais.

A cada século acontecem transformações diferentes sobre a sexualidade, neste sentido, no século XIX há certa preocupação com essa temática, que se torna um discurso da medicina por meio de indagações relacionadas com a saúde da sociedade da época, assim, “[...] os médicos preocupam-se com as crianças, com a educação escolar e com a orientação familiar” (COSTA, 1989 *apud* RIBEIRO, 2004, p. 17). As questões agora apresentadas eram sobre os corpos infantis que necessitavam ser disciplinados, visando ao controle dos mesmos, necessário para o poder constituído pelo Estado.

Discutindo sobre as questões da sexualidade e o poder, Giddens (1993, p. 28) apresenta que o

[...] século XIX e o início do século XX são a principal preocupação de Foucault em seu encontro com a hipótese repressiva. Durante este período, a sexualidade e o poder tornaram-se interligados de muitas maneiras distintas. A sexualidade desenvolveu-se como um segredo que, a seguir, teve de ser incessantemente guardado, e contra o qual era preciso se precaver. Tomemos o caso da masturbação.

Campanhas inteiras foram montadas por médicos e educadores para conter este fenômeno e esclarecer suas consequências. Entretanto, tanta atenção lhe foi dada que podemos suspeitar que o objetivo não fosse sua eliminação mas, sim, a organização e o desenvolvimento do indivíduo, física e mentalmente.

Ao longo do século XIX a transformação da sexualidade mostra que este assunto não se torna só um discurso da Medicina, mas que no final deste século e início do século XX, os/as professores/as entram nesta campanha da época. Scliar (2007, p. 30) aponta que a preocupação era a masturbação, que esta prática poderia fazer com que o indivíduo perdesse proteínas, e “[...] houve época em que masturbação era considerada uma conduta patológica capaz de resultar em desnutrição (por perda da proteína contida no esperma) e em distúrbios mentais”. O que não se almejava ainda era destacar que a sexualidade faz parte da formação das pessoas, ao descobrirem o sexo, prazeres e desejo.

No século XX, já se iniciam estudos voltados para as representações sobre a sexualidade, com políticas voltadas para as mulheres e os/às homossexuais (RIBEIRO, 2004). Aldeman (2000, p. 167) apresenta que

no século XX surgiu e fortaleceu-se a representação da sexualidade como fonte de prazer e expressão individual, vinculada à identidade pessoal e ao seu novo “aliado”, o mercado. As formas “tradicionais” (igreja, família, comunidade) e “modernas” (o Estado, a medicina e a psiquiatria) de regulação da sexualidade começaram a ser contestadas ativamente, através da política sexual de diversos grupos que sofriam a ação desses sistemas: em particular, as mulheres, as pessoas homossexuais e bissexuais, e os jovens.

Ainda ressalta sobre a ‘nova mulher’ do século XX, com essa política da sexualidade como afirma Aldeman (2000, p.167)

como [...] um exemplo do sujeito baseado nessa nova autonomia: trata-se da representação cultural de uma mulher engajada na esfera pública, ativa em relação ao trabalho, ao lazer e à sexualidade.

A sexualidade no século XX dá início às discussões sobre a temática, dando ênfase nas políticas públicas e programas nas escolas, e isso fica mais evidente no século XXI, que será discutido na próxima seção.

3. SEXUALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: UM FOCO NO SÉCULO XXI

A sexualidade na contemporaneidade ainda é um assunto com muitos tabus e crenças religiosas, pois como apresenta Lacerda (2014, p.187), “a religião interferindo nos assuntos da sexualidade, nas escolas públicas e laicas”, que estão envolvidas no assunto, mas mesmo assim há pesquisadores/as que discutem e trabalham com este tema com foco na formação de professores/as. Enquanto documento nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) também apresentam discussões sobre a sexualidade (BRASIL, 1997).

Os PCN, em seu volume de número 10, propõem sobre a educação sexual nas escolas, enfatizando que é um dos seus papéis discutir assuntos relacionados a valores e crenças, ficando evidente no seguinte excerto: “[...] cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão” (BRASIL, 1997, p. 83).

A justificativa dos PCN sobre Orientação [Educação] Sexual apresenta que, geralmente, o assunto sobre a sexualidade não é discutido entre pais/mães/responsáveis e filhos/as em casa, então esta discussão passa a ser levada para dentro da sala de aula, fazendo com que muitas escolas públicas ou privadas reprimam seus/suas alunos/as sobre a temática dentro do âmbito escolar (BRASIL, 1997).

Em pleno século XXI, ainda é possível se deparar com a análise da sexualidade aos olhos da biologia, relacionando àquela com se ter um pênis ou uma vulva, mas a filósofa Simone de Beauvoir (1980) desconstrói essa afirmação escrevendo que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Discutir a categoria mulher faz com que se pense, também, na categoria gênero, e assim, Louro (2008, p.18) afirma que “[...] a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente”. Neste sentido, as representações sociais em relação ao gênero são construídas social e continuamente, de forma que essa construção vai mudando ao longo da vida, sendo que não é por que uma pessoa nasce

com o pênis necessariamente se identificará como menino, e, da mesma forma, não é por que nasce com uma vulva obrigatoriamente se reconhecerá como menina.

Ao tratar deste assunto neste momento da contemporaneidade em que grande parte das pessoas está construindo ou mostrando seus pensamentos/attitudes sobre a sexualidade, colocando em algumas vezes, a religião como principal 'lei do sexo', e estão privando discussões sobre mulheres vítimas da violência doméstica e das crianças violentadas, com isso sem poder discutir esta temática em sala de aula, muitas pessoas não aceitam que o Estado é laico. Desta forma Lacerda (2014, p.181) afirma que

[...] laicidade é bastante simples: *grosso modo*, ela consiste em que o Estado não professa nem favorece (nem pode professar ou favorecer) nenhuma religião; dessa forma, ela contrapõe-se ao Estado confessional – em que se inclui o assim chamado “Estado ateu”, considerando que este assume uma posição caracteristicamente religiosa, mesmo que seja em um sentido negativo. Dessa forma, seguindo a laicidade, o Estado não possui doutrina oficial [...].

E com isso, a discussão sobre sexualidade no Brasil tem mais ênfase na década de 1960, quando as escolas começam a introduzir no currículo a educação sexual, onde se começa a discutir sobre a sexualidade apesar de ser uma época ainda tímida ao se falar sobre o assunto.

Para César (2014, p. 24),

[...] a educação/orientação sexual se apresenta como um dispositivo de controle, pois é justamente na instituição escolar que se instauraram os dispositivos disciplinares sobre os corpos de crianças e jovens.

O autor ainda enfatiza que o trabalho sobre a temática nas escolas, em 1960, era uma ação educativa, sistematizado pelos/as professores/as. E com a passar do tempo o conceito sobre sexualidade da época nas escolas passou a ser um objetivo de como controlar o desejo sexual dos/as alunos/as de maneira disciplinadora.

Em pleno século XXI, pode dizer-se que a sexualidade no mundo vem ganhando espaço por meio à crescente conquista das mulheres de novos espaços sociais, a eclosão de novos arranjos familiares, a invenção de novas modalidades de relacionamento afetivo entre pessoas do mesmo sexo e as decisões jurídicas e a aprovação de leis que criminalizam as discriminações por sexo, gênero e orientação sexual (RIBEIRO, 2004).

Também houve a criação da Lei nº 11.340/2006 Maria da Penha, que protege as mulheres contra a violência doméstica e assegurando em seu Art. 2 essa proteção independentemente o tipo de mulher:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006, p. 13).

Nesta Lei ainda são ressaltados todos os tipos de violência contra a mulher, os atendimentos a quem elas devem recorrer e as decorrentes políticas públicas.

Nas escolas têm-se o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que ressalta em seu Art. 2 “X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”. O PNE foi elaborado para atender a educação brasileira e foi construído por metas que dever ser alcançadas até 2024, que servem de base para os Estados e municípios elaborarem seu Plano Estadual de Educação (PEE) e Plano Municipal de Educação (PME). Como já foi dito, pouco ainda se avançou com estas discussões, propiciando ao espaço escolar, um catalisador de propostas emancipatórias sobre sexualidade.

Na próxima seção será apresentada uma análise do Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, enfatizando quais disciplinas discutem a tema temática sexualidade no Curso.

4. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEM: EXISTEM QUESTÕES SOBRE SEXUALIDADE?

O Curso de Pedagogia/UEM foi criado em 1973 e reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC em 30/09/1976, pelo Decreto n.º 78.525, na UEM o Curso passou por muitas reformulações (TAKANO *et al.*, 2013).

As mesmas autoras ainda escrevem que

[...] o Curso na UEM passou por oito reformulações oficiais: a primeira vigorou entre os primeiros semestres de 1973 a 1979; a segunda, do segundo semestre de 1979 ao segundo semestre de 1985; a terceira, do primeiro semestre de 1986 ao segundo semestre de 1991; a quarta, do primeiro semestre de 1992 ao segundo semestre de 1996; a quinta, entre o primeiro semestre de 1997 e o segundo de 1999; a sexta, do segundo semestre de 2000 ao primeiro semestre de 2001; a sétima, do segundo semestre de 2001 ao segundo semestre de 2005; e a última, a partir do primeiro semestre de 2006 (TAKANO *et al.*, 2013, p. 02).

Apesar de todas essas reformulações no Curso de Pedagogia da UEM, nenhuma disciplina apresenta ementa sobre sexualidade na formação do/a professor/a ou pedagogo/a.

O que é Matriz Curricular? É uma lista de todas as unidades curriculares (disciplinas) que o/a aluno/a precisa cumprir para a conclusão do seu Curso, neste documento é apontada a carga horária de cada disciplina que precisam ser cumpridas. E no final o total de carga horária para a conclusão do Curso (XIMENES, 2001).

Abaixo, segue a Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da UEM, que vigora desde 2012.

SERIAÇÃO DAS DISCIPLINAS

SER.	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA							
		SEMANAL				ANUAL	SEMESTRAL		MÓDULO
		TEÓR.	PRÁT.	TEÓR.-PRÁT.	TOTAL		1º	2º	
1ª	Currículo como Espaço de Constr. de Identidades	2			2		34		
	Filosofia da Educação na Antiguidade	4			4		68		
	História da Educação e da Pedagogia	2			2		34		
	Linguagens Identidades e Form. de Professores	2			2		34		
	Metodologia da Pesquisa em Educação			2	2		34		
	Políticas Púb. e Gestão Educ.: Ident. do Pedagogo nos Processos Escolares e Não Escolares	4			4		68		
	Psic. da Ed.: Aspec. Neuropsicológicos e Afetivos	4			4		68		
	Didática: Trabalho Docente e Saberes Escolares	2			2			34	
	Filosofia da Educação Medieval	4			4			68	
	Form. Docente: Prática de Ens. de Arte na Escola	2	2		4			68	
	Introdução à Libras – Língua Brasileira de Sinais	4			4			68	
	Literatura Infantil na Escola	1,18	0,82		2			34	
	Psic. da Educação: Abordagens Humanista e Epistemologia Genética	4			4			68	
2ª	Estágio Curricular Supervis. de Educ. Infantil I		4		4		34		
	Filosofia da Educação na Modernidade	4			4		68		
	Form. e Ação Doc.: Prát. de Ens. em Educ. Inf. I			2	2		34		
	Fundamentos Filosóficos da Educação Infantil			2	2		34		
	História da Educação do Brasil: Colônia	2			2		34		
	Iniciação à Ciência e à Pesquisa			4	4		68		
	Planejamento, Gestão Educacional e Atuação do Pedagogo como Gestor na Educação Básica	4			4		68		
	Teorias Pedagógicas e Didática	2			2		34		
	Introdução à Educação e à Comunicação	3	1		4				68
	Psic. da Ed.: Temáticas da Vida Contemporânea	1,41	0,59		2				34
	Políticas, Gestão e Diversidade	1,41	0,59		2				34
	Práticas de Gestão: Org. dos Trab. Pedagógicos			2	2			34	
	Estágio Curricular Supervisionado de Gestão I		2		2			34	
	Alfabetização: Histórico, Políticas e Função Social	4			4			68	
	Estágio Curricular Supervis. de Educ. Infantil II		2		2			34	
	Filosofia da Educação Contemporânea	4			4			68	
	Form. e Ação Doc.: Prát. de Ens. em Educ. Inf. II			2	2			34	
	História da Educação do Brasil: Império	2			2			34	
História da Infância no Brasil	2			2			34		
Psicologia da Educação: Abordagens Comportamental e Histórico-Cultural	4			4			68		

SER.	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA							
		SEMANAL				ANUAL	SEMESTRE		MÓDULO
		TEOR.	PRÁT.	TEOR.-PRÁT.	TOTAL		1º	2º	
3ª	Alfabetização, Letramento e Escolarização	2,35	1,65		4		68		
	Educação, Mídia e Arte	3	1		4		68		
	Estágio Curricular Supervisionado de Ens. Fund. I		4		4		68		
	Form. e Ação Doc.: P. E. das Ser. Inic. do E. Fund. I	1,18		0,82	2		34		
	História da Educação do Brasil República	4			4		68		
	História da Educação Pública	2			2		34		
	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação			2	2		34		
	Organização da Gestão Escolar	2			2		34		
	Políticas Pub. e Gestão da Educação Brasileira	2			2		34		
	Psicologia da Educação: Abordagem Walloniana	2			2		34		
	Educação e Trabalho	1,4	0,6		2			34	
	Estágio Curricular Supervis. de Ens. Fund. II		4		4			68	
	Formação e Ação Docente: Prática de Ensino das Séries Iniciais do Ensino Fundamental II			4	4			68	
	Met. de Plan. de Projetos de Pesq. em Educação			2	2			34	
	Met. Ens. de Ciências: 1ª a 4ª Séries do E. Fund. I	1	1		2			34	
	Met. do Ens. de Lg. Port.: 1ª a 4ª Ser. do E. Fund.			4	4			68	
	Met. do Ens. de Mat. - 1ª a 4ª Séries do E. Fund. I	3	1		4			68	
Problemas de Aprendizagem	4			4			68		
4ª	Trabalho de Conclusão de Curso		4,06			138			
	Met. do Ens. de Ciênc. 1ª a 4ª Sér. do E. Fund. II	1	1		2		34		
	Met. do Ens. de Mat. - 1ª a 4ª Ser. do E. Fund. II	3	1		4		68		
	Met. e Pr. do Ens. de Hist. nas Sér. Inic. do E. Fund.			2	2		34		
	Planejamento da Prática Docente	0,59	0,41		1		34		
	Políticas Púb. e Ges. Educ.: Doc. e Div. Cultural	4			4		68		
	Práticas de Gestão: Planej. e Avaliação Escolar			2	2		34		
	Sociologia da Educação: Pensamento Clássico	4			4		68		
	Educação e Informática	3	1		4			68	
	Educação e Novas Tecnologias	3	1		4			68	
	Estágio Curric. Sup. de Ens. Médio - Mod. Normal		4		4			68	
	Estágio Curricular Supervisionado de Gestão II		4		4		68		
	Concep., Paradig. e Lim. das Teorias Curriculares	2			2			34	
	Formação e Ação Docente: Prát. de Ens. de História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental			2	2			34	
	Form. e Ação Doc.: Pr. de E. Médio - Mod. Normal			4	4			68	
	História do Pensamento Educacional	2			2			34	
	Metodologia para o Ensino de Geografia	3	1		4			68	
Necessidades Educacionais Especiais	2			2			34		
Projeto Político-Pedagógico da Escola	1	1		2			34		
Sociologia da Educação e Transformação Social	2			2			34		
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES							200		
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO							3.840		

Fonte: UEM (2015).

Entre as disciplinas analisadas, apenas 02 (duas) das 78 (setenta e oito) disciplinas apresentam o tema sexualidade no Curso de Pedagogia, são elas: *Psicologia da Educação: aspectos neuropsicológicos e afetivos*, que se

trabalha Freud que é aplicada no 1º ano totalizando uma carga horária de 68 horas; e *Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural* aplicada no 4º ano, também com 68 horas. Assim, em quatro anos de formação os/as alunos/as do Curso de Pedagogia só discutem temas sobre sexualidade no início do Curso e no último ano, totalizando uma carga horária de 136 horas para falar sobre a temática e aprofundar a discussão.

Assim, apresentam-se as ementas destas disciplinas, para relacionar como são estudadas estas temáticas.

Ementa da disciplina do 4º ano *Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural*:

PROGRAMA DE DISCIPLINA		
Curso:	PEDAGOGIA	
Departamento:	TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO	
Centro:	CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	
COMPONENTE CURRICULAR		
Nome: POLITICAS E GESTAO EDUCACIONAL: DOCENCIA E DIVERSIDADE CULTURAL		Código: 3169
Carga Horária: 68 h/a	Periodicidade: SEMESTRAL	Ano de Implantação: 2011
1. EMENTA		
Políticas públicas e gestão da educação: docência e pesquisa na diversidade cultural. (Res. 170/05-CEP)		
2. OBJETIVOS		
Desenvolver estudos sobre políticas e gestão públicas que explicitem a diversidade cultural, administrativa e pedagógica nos diferentes espaços educativos. (Res. 170/05-CEP)		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		

3.1. Contexto histórico das políticas e gestão para a diversidade

3.1.1. Reestruturação produtiva

3.1.2. Globalização

3.1.3. Redefinição do papel do Estado a partir dos anos 90.

3.1.4. (Re) configuração das relações sociais

3.1.5. Movimentos sociais

3.2. Documentos internacionais: orientações políticas para docência e diversidade

3.3. Políticas e Gestão da Diversidade: Diretrizes Curriculares Nacionais

3.3.1. Educação Indígena;

3.3.2. Educação do Campo;

3.3.3. Educação Étnico-Racial;

3.3.4. Educação Ambiental;

3.3.5. Educação, Gênero e Sexualidade;

4. REFERÊNCIAS

4.1. Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História da Cultura Afro-Brasileira**

e Africana. Brasília, MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica no Campo**. Resolução CNE/CEB, nº 1/2000, de 3 de junho de 2000.

_____. **Lei n. 6.001. Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Diário Oficial da União. Brasília, p. 13.177, seção I, 21 de dezembro de 1973.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena**. *Em Aberto*. Brasília, vol. 14, n. 63, p. 175-187, jul./dez. 1994.

_____. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para as**

escolas indígenas. Brasília, MEC, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172/01 - Plano Nacional de Educação.** Brasília, MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Educação como um exercício de diversidade.** Brasília/DF, MEC, UNESCO, ANPEd, 2005.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2003.

_____. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado,** Brasília, 1995.

CARVALHO, Elma Julia Gonçalves de; FAUSTINO, Rosangela Célia (Orgs.). **Educação e diversidade cultural.** Maringá, PR: Eduem, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Departamento do Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos: Educação no Campo.** Curitiba, SEED, 2005.

UNESCO. **Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural.** Disponível em: www.cdi.gob.mx/transparencia/declara-diversidad.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2003.

4.2. Complementares

ANTUNES, Ricardo, ALVES, Giovani. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Rev. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 25, nº 87, p. 335-351, maio/ago, 2004.

AOYAMA, Ana Lúcia Ferreira; PERRUDE, Marleide Rodrigues da Silva. **Educação e diversidade:** As armadilhas produzidas e reproduzidas no espaço escolar. In: CZERNIZ, Eliane Cleide, PERRUDE, Marleide Rodrigues da Silva; AOYAMA Ana Lúcia Ferreira (org.) Londrina : UEL, p.169-178, 2009

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de e NOMA; Amélia Kimiko. Novas Práticas Educativas nos Anos de 1990: Novos Modelos de Administração Pública e de Gestão da Educação Brasileira. In: RODRIGUES, Elaine e ROSI; Sheila Maria (Org.). **“Infância e Práticas Educativas”**, EDUEM, p. 221-233, 2007.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O Brasil e o desenvolvimento sustentável: a questão indígena. Subsídios Técnicos para elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Brasília, 1992.

COMAR, Sueli Ribeiro. **Políticas para a Formação Docente na Diversidade Cultural: Implicações e Desafios Necessários.** In: CARBELLO, Sandra Cassol; COMAR, Sueli Ribeiro (Orgs.). **Educação no século XXI: múltiplos desafios.** Maringá: EDUEM, 2009 ,p. 63-70.

CUÉLLAR, Javier Pérez (Org.). **Nossa diversidade criadora.** Campinas, SP: Papirus; Brasília, DF: Unesco, 1997.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** 6ª ed., São Paulo, Cortez, Brasília, MEC:UNESCO, 2001.

NOMA, Amélia Kimiko; LARA, Angela Mara de Barros. **Políticas para Educação e Diversidade Cultural: Perspectiva da Unesco para o Desenvolvimento.** In: CARBELLO, Sandra Cassol; COMAR, Sueli Ribeiro (Orgs.). **Educação no século XXI: múltiplos desafios.** Maringá : EDUEM, 2009, p.51-62.

Fonte: Departamento de Teoria e Prática da Educação – UEM

Esta disciplina trabalha várias leis sobre diversidade sexual e a sexualidade como está programada em seu item 3.3.5 Educação, Gênero e Sexualidade, tais documento como:

- Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (1979)
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)
- Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001 e Lei nº 13.005/2014)
- Decreto nº 5.167/2004 que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.
- Decreto nº 5.390/2005 que Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências.
- Lei nº 11.34/2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o

Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

- Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual (1997)
- Gênero e sexualidade na escola: reconhecer e superar preconceitos (2007)
- Programa Gênero e Sexualidade (2007)
- Cadernos SECAD – Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos (2007)
- Cadernos Temáticos – Sexualidade – Paraná (2009)
- Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual (Versão Preliminar) – SEED – Paraná (2010)

Apesar de tudo isso para ser discutido em sala de aula, depende muito do/a professor/a como discutirá a temática com uma carga horária de 68 horas, conforme mostra a Matriz Curricular apresentada acima, são poucas horas de aula para tanto conteúdo. Disciplina que aborda todas as políticas públicas que existem em uma contextualização voltada para sala de aula. A temática sobre sexualidade geralmente é discutida a partir de Seminários realizadas pelos/as discentes, em uma aula de quatro horas.

Ementa do 1º ano de *Psicologia da Educação: aspectos neuropsicológicos e afetivos.*

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso:	Pedagogia	Campus:	
Departamento:	Teoria e Prática da Educação – DTP		
Centro:	Ciências Humanas, Letras e Artes – CCH		

COMPONENTE CURRICULAR		
Nome: Psicologia da Educação: Aspectos Neuropsicológicos e Afetivos		Código: 3120
Carga Horária: 68 h/a	Periodicidade: semestral	Ano de implantação: 2010
1. EMENTA		
Desenvolvimento neuropsicológico e afetivo como saberes necessários para a formação do pedagogo (Res. 170/05/CEP).		
2. OBJETIVOS		
<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar as contribuições da Neuropsicologia para a aprendizagem escolar; - Possibilitar a compreensão do desenvolvimento afetivo para a aprendizagem escolar; - Analisar as implicações do desenvolvimento neuropsicológico e afetivo (Res. 170/05/CEP). 		
3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>1 História da Psicologia</p> <p>2 A interação entre o biológico, o psicológico e o social no desenvolvimento humano</p> <p style="padding-left: 20px;">2.1 Desenvolvimento neuropsicológico e aprendizagem escolar</p> <p style="padding-left: 40px;">2.1.1 Do período pré-natal ao nascimento</p> <p style="padding-left: 40px;">2.1.2 Da infância à adolescência</p> <p style="padding-left: 20px;">2.2 Desenvolvimento afetivo e aprendizagem escolar</p> <p style="padding-left: 40px;">2.2.1 Do período pré-natal ao nascimento</p> <p style="padding-left: 40px;">2.2.2 Da infância à adolescência</p> <p>3 Implicações do desenvolvimento neuropsicológico e afetivo na vida adulta.</p>		
4. REFERÊNCIAS		
4.1- Básicas (Disponibilizadas na Biblioteca ou aquisições recomendadas)		
<p>ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.</p> <p>COLL, C. MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.</p> <p>D'ANDREA, F. F. Desenvolvimento da personalidade: enfoque psicodinâmico. 3. ed.</p>		

Rio de Janeiro: Difel, 1978.

GOULART, I. B. **Psicologia da educação**: fundamentos teóricos, aplicação à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1987.

KUPFER, M. C. **Freud e a educação**: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989.

LURIA, A. R. **Curso de psicologia geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 3v.

MORGADO, M. A. **Da sedução na relação pedagógica**: professor-aluno no embate com afetos inconscientes. São Paulo: Plexus, 1995.

MORGADO, M. A. Contribuições de Freud para a educação. In: PLACCO, V. M. N. de S. (Org.). **Psicologia e educação**: revendo contribuições. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2002. p. 97-116.

ROSA, M. **Psicologia evolutiva**: problemática do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1983. v. 1.

4.2- Complementares

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. (Org.). **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2007.

FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

Fonte: Departamento de Teoria e Prática da Educação – UEM

Esta disciplina, entre outros temas, trabalha a afetividade da criança e do/a adolescente na perspectiva de Freud.

Zornig (2008, p. 74) afirma que

a sexualidade proposta por Freud é uma sexualidade ampliada e radicalmente diferente da concepção naturalista predominante no final do século XIX, quando a normalidade sexual era definida pela sexualidade adulta e a consumação do ato sexual referida a fins de reprodução. A masturbação infantil, a simples busca do prazer sexual, ou ainda a impossibilidade do ato sexual (como em alguns casos de impotência) eram consideradas condutas anormais (perversas) ou sinais de degenerescência.

A autora fala mais sobre a teoria de Freud sobre a sexualidade, sobre os “Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade”, é o que esta disciplina trata sobre a temática e também depende do/a professor/a abordar o assunto durante a

aula, apesar de que a carga horária é mais ampla para ser discutida e aprofundada.

Para um Curso com uma carga horária de 3840.00¹ ter somente duas disciplinas (136hora/aula) que abordam explicitamente ao programa das disciplinas sobre o assunto em sala de aula é muito pouco, para formação dos/as alunos/as do Curso de Pedagogia.

Na próxima seção serão discutidas as entrevistas dos/as docentes que foram entrevistados/as, e realizadas análises sobre as respostas e relacionando com as seções deste trabalho apresentadas até o presente momento.

¹ Fonte do SAR 200 – **CURRÍCULO TURNO**: MATUTINO E NOTURNO, disponível em Diretoria de Assuntos Acadêmicos -DAA.

5. ENTREVISTANDO OS/AS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – Pedagogia-sede

A pesquisa foi realizada por meio do método oral, para que se possa entender a formação destes/as entrevistados/as em relação a aspectos da sexualidade, porque esta pesquisa, com este tema, não é somente responder um questionário, neste sentido acaba envolvendo sentimentos.

Para Louro (1997, p. 22),

[...] história oral é mais do que entrevistas ou, pelo menos entrevistas tomadas no seu conceito mais restrito. Ela envolve histórias de vida, o que talvez constitua sua fonte mais rica, depoimentos (que alguns [/mas] parecem chamar de entrevistas temáticas) e entrevistas semiestruturadas.

O questionário (APÊNDICE 1) foi organizado com perguntas pré-estruturadas, a entrevista foi no local/hora/data onde os/as docentes marcaram, não se teve nenhum problema com o consentimento dos/as participantes.

Nesta seção, foi feita uma análise das entrevistas dos/as docentes do Curso de Pedagogia da UEM-sede. Para este trabalho foram escolhidos/as 30 (trinta) professores/as com mais tempo de serviço, na UEM e nos referidos Departamentos de Teoria e Prática da Educação (DTP) e de Fundamentos da Educação (DFE), que tiveram formações acadêmicas nas décadas de 1940 a 1980 e boa parte deles/as estudaram em escola religiosas, sendo que 16 (dezesesseis) responderam ao questionário, 2 (dois/duas) se recusaram a responder sendo eles/as Professora A respondeu: *“Estou afastada da UEM com sérios problemas de saúde e não tenho condições de ajudá-la. desculpe. Um abraço e boa sorte.* Já o Professor B respondeu *“Resolvi não participar”*. Outros/as 12 (treze) não retornaram os contatos via *e-mail* e telefônico, que corresponderiam aos 30 (trinta) contatos, assim foram trabalhadas 16 (dezesesseis) respostas.

As análises das respostas foram divididas em 5 (cinco) subseções que serão discutidas e um quadro com nomes fictícios dos/as docentes, para preservar a identidade deles/as.

Tabela dos dados das pessoas entrevistadas:

	NOME	IDADE	Titulação
1	Ana	63 anos	Professora Doutora
2	Antônio	64 anos	Professor Doutor
3	Belisa	42 anos	Professora Doutora
4	Cecilia	51 anos	Professora Doutora
5	Dorinha	48 anos	Professora Doutora
6	Edna	47 anos	Professora Doutora
7	Elisa	42 anos	Professora Doutora
8	Emília	49 anos	Professora Doutora
9	Joana	60 anos	Professora Doutora
10	Mara	49 anos	Professora Doutora
11	Margarida	47 anos	Professora Doutora
12	Maria	46 anos	Professora Doutora
13	Omero	51 anos	Professor Doutor
14	Raimundo	49 anos	Professor Doutor
15	Rosa	60 anos	Professora Doutora
16	Sophia	40 anos	Professora Doutora

FONTE: a autora, 2015.

Para a compreensão das questões aplicadas, foram organizadas em categorias de análises: a) Educação Sexual Familiar, b) Educação Sexual Escolar, c) Histórias orais sobre sexualidade na família, d) Impressões sobre atuação dos/as professores/as sobre a temática e propostas sobre Educação Sexual Escolar, e) Curso de Pedagogia da UEM: questões sobre sexualidade.

As questões foram agrupadas assim: a pergunta 1 foi analisada no item 5.1 que trata sobre a educação sexual familiar, de que maneira eles/as foram educados/as pela família; as questões 2 e 3 são analisadas no item 5.2, que tratará sobre educação sexual escolar, e a questão 4 será analisada no item 5.3 que trabalhará as histórias na família sobre sexualidade, e as questões 5 e 6 serão analisadas no item 5.4, argumentando se os/as docentes têm conhecimento sobre a prática dos/as profissionais de educação nas salas de aula e a última pergunta, a 7, foi analisada no item 5.5 que tratará sobre o Currículo de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

5.1 EDUCAÇÃO SEXUAL FAMILIAR

Os/as 16 professores/as responderam que a educação sexual familiar que tiveram foi à base de tabus e pecados como ensinados na Igreja, que

os/as pais/mães/responsáveis não permitiam falar sobre o assunto, como diz uma das entrevistadas:

Elisa (49 anos) *“Como a minha família é de estrutura religiosa bem antiga, coisa do sexo, sexualidade, mostrar as pernas era muito condenado, então pouco se falava, e muita coisa era pecado, omitido”*.

Dorinha (48 anos) *“A educação sexual aconteceu na 1ª comunhão. E os primeiros contatos foram pela igreja”*, ela afirma que na família nunca aprendeu nada, somente alguns aprendizados vieram da Igreja.

As respostas de todos/as entrevistados/as sempre se remetem à Igreja como uma grande influência dessa educação sexual, mas vindo carregada de pecado. Giddens (1993, p.23) apresenta que “[...] o confessorário foi sempre um meio de controle da vida sexual dos [/as] fieis”. É perceptível, então, que há algum tempo e até os dias de hoje, a religião tem influenciado na construção e formação de conceitos sobre a sexualidade.

Entre os/as 16 entrevistados/as, apenas uma disse que na sua família era *‘suave’* a discussão sobre essa educação sexual, Joana (60 anos) diz *“Pai antirreligioso, mãe religiosa, não era problema, o pai tinha várias famílias, minha mãe muito religiosa não podia aparecer grávida”*, para ela isso não era um problema discutir sexualidade, só não podia aparecer grávida em casa.

Ana (63 anos) afirma em sua fala que, *“Nessa década de 50, não falavam desse tema (os pais), essa palavra era muito feia, nós não sabíamos disso, mas tínhamos algumas suspeitas, não era permitido falar. Eu perguntava para mim mesma como uma mulher fica grávida? Eu acho que é pelo beijo”*.

Edna (47 anos) informa que *“Era extremamente rígida, para ter noção a minha mãe quando eu estava perto de menstruar, ela não falou nada, pediu pra vizinha (amiga dela), transferiu, terceirizou essa orientação, ela se sentia envergonhada e incapaz de me orientar”*.

Antônio (64 anos) *“Mínima, naquela época era tabu essa conversa entre pais e filhos”*.

Apesar da educação sexual que eles/as tiveram, sendo reprimidos/as ao expressar todos esses sentimentos e desejo sobre a sexualidade considerado como tabu, pecado na família, diferente dos dias de hoje, em que

ainda poucas famílias conseguem conversar por meios de diálogos e ajudas de profissionais para discutir a temática e o que apontam Ressel *et al* (2011, p. 246) quando afirmam que

[...] assuntos relacionados à sexualidade, até pouco tempo atrás, eram considerados tabus, limitados ao silêncio e até mesmo repreendidos no ambiente familiar. Hoje, esse tema já é conduzido de maneira transparente, em algumas famílias, por meio do diálogo e da busca por apoio profissional, quando necessário. Entretanto, ainda são encontradas marcas culturais perpetuadas através das gerações, em especial quando se refere à sexualidade feminina.

As autoras ainda apontam que ainda como as adolescentes vivenciam sua sexualidade no meio familiar e aos poucos ficam sabendo o que aconteceria com elas e seus corpos, com pequenas discussões familiares.

Ainda a fala dos/as entrevistados/as mostra como era essa educação na família, Emília (49 anos) relata que *“Há tantos anos não se tinha esse tipo de discussão nem na família e nem na escola, meus pais não discutiam isso, eu fiquei sabendo à medida que fui crescendo”*

Ressel *et al.* (2011, p. 247) apresentam que

as adolescentes vivenciam a sua sexualidade de acordo com os valores apreendidos no meio familiar, pois é nesse ambiente que são, desde a infância, repassados ensinamentos e condutas aceitáveis para a socialização do indivíduo, compondo o seu universo simbólico.

Para os/as entrevistados/as apesar desta educação em casa regrada de tabus, pecados, sempre iam aprendendo com amigos/as nas rodas de conversa, como afirma Arnaldo (49 anos) *“Não era apresentada, eu tenho 49 anos, na minha época essas questões eram tabus, na minha casa não se falava e na verdade nós conversamos com os colegas”*.

Mesmo na atualidade ainda há dificuldade de se falar e discutir a sexualidade no meio familiar, com os ensinamentos que os/as pais/mães/responsáveis tiveram desde àquela época, da mesma forma que os/as entrevistados/as viviam, mesmo estando em pleno século XXI, onde se têm programas, profissionais, leis para se explicar sobre a temática.

5.2 EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR

A educação sexual escolar dos/as entrevistados/as não foi muito diferente com a educação que tiveram na família. A escola se mostrava com postura rígida e alguns/algumas estudaram em colégio confessional, de freiras.

Sophia (40 anos) “[...] *eu estudei em uma escola religiosa, e de escola religiosa você pode esperar algo, o que se ensinava na escola era vinculado às disciplinas de Ciências ou Biologia, mas com explicações discretas, sem dizer muito sobre sexualidade. E muitas aulas eram separadas dos meninos, nessa época, para se falar de sexualidade, pênis ou vulva*”.

Ana (63 anos) afirmou que “*na escola seguia a mesma linha de casa, quando o professor falava sobre pênis ou vagina (sic) nas aulas, às vezes, era separada dos meninos sobre isso*”.

Antônio (64 anos) “*na escola também não se falava não tinha preocupação com isso. Eu fui aprendendo com a vida e os livros*”.

Emília (49 anos) “*na escola tínhamos aula de ciência sobre o corpo, dividiam a sala em meninos e meninas, e em casa nada*”.

Sobre as questões da educação sexual escolar, Braga (2007, p.212) escreve que

[...] a escola e a família entenderam como uma normalidade a negação da explicação, ou melhor, expressão sexual da criança, reprimindo toda e qualquer manifestação sexual desta que são cotidianamente expressas dentro do âmbito escolar, mas, continuam escamoteadas, penalizadas ou negadas pelos/as profissionais que ali atuam.

A autora ainda reforça o quanto é importante o trabalho da família e da escola no processo de formação do sujeito na sociedade, quanto à sexualidade, os/as docentes que responderam a pesquisa mostraram o quanto isso era um ‘problema’ na escola, por muitas vezes não ter abertura sobre o assunto (BRAGA, 2007).

Arnaldo (49 ANOS) “*Máximo que se tinha era como as crianças vinham ao mundo, na escola se discutiam aspectos biológicos e não psicológicos*”.

Elisa (49 anos) *“Na escola não se falava nada, mas no final do ensino fundamental início do ensino médio eles davam palestra, eles chamavam médicos para falar conosco”.*

Edna (47 anos) *“Na escola também não existia essa discussão”.*

Dorinha (48 anos) *“Na escola não me lembro de terem me ensinado ou terem feito algum tipo de orientação, talvez um pouco mais velha”.*

A temática sobre a sexualidade não era discutida na escola como afirmam os/as entrevistados/as, por conta de tabus, pecados, mas para Finco (2003, p. 15) essas discussões devem estar nas práticas pedagógicas e na formação de professores/as, apresentando que

[...] apesar de estas questões estarem implícitas no dia-a-dia da escola, permeadas nas práticas pedagógicas, ainda estão longe das discussões nos Cursos de formação do professor e pouco se discutem as questões de gênero no âmbito de reuniões pedagógicas. Devemos nos perguntar o porquê dessa ausência; o que significa não discutir as questões de gênero e o que isso implica. Por que a escola parece propor um "acordo do silêncio"?

A escola não é neutra para discutir sobre aspectos da sexualidade, como também ajuda na construção social do sujeito. Por isso a importância de se trabalhar sexualidade na escola, junto com a família.

Quando os/as entrevistados/as falam sobre o que era discutido nas escolas onde estudavam, vê-se o quanto tem que ser feito para discutir essa temática na no sistema de ensino, desde formação inicial e continuada dos/as professores/as para que possam estar preparados/as.

5.3 HISTÓRIAS ORAIS SOBRE SEXUALIDADE NA FAMÍLIA

Entre as histórias contadas pelos/as os/as docentes, quatro chamam mais a atenção, que são:

Bolinha (51 anos) *“Os meninos contavam vantagem dizendo quem eles comiam, quem dava primeiro, quem se masturbava, tinham as meninas mais dadas, as putinhas da escola”.*

Arnaldo (49 anos) relatou que “[...] *foi quando nós descobrimos porque as meninas menstruavam, até então achávamos que elas sangravam porque tinham tido relação sexual*”.

Joana (60 anos) “[...] *na escola os mais velhos transavam na sala e nós sabíamos dessas histórias, tínhamos uma professora que namorou um aluno*”.

Dorinha (48 anos) *“eu a minha irmã e meus primos, nós fomos à missa sem nossos pais, e o padre na missa falou sobre aborto, viemos com aquilo na cabeça, é natural chegar e pergunta assim para os pais o que era aborto, nós recebemos um ‘cala boca’ e ficamos imaginando que isso que não se pode saber. Eu me lembro desse episódio, não era em todo assunto que nós recebíamos um ‘cala boca’, mas se isso era um assunto da igreja nós nem pensamos que não podia perguntar o que era isso aborto”*.

As histórias revelam o quanto às pessoas eram desinformadas e despreparadas para abordar o assunto, é possível inferir que os/as entrevistados/as aprenderam que sexo ou sexualidade era pecado, os/as pais/mães não sabiam como falar sobre o assunto. Para Louro (2000, p. 07) “[...] eu sabia que a sexualidade era um assunto privado, alguma coisa da qual deveria falar apenas com alguém muito íntimo e, preferentemente, de forma reservada”.

As manifestações sexuais das crianças tinham que ser camufladas, extintas, como no caso da masturbação, que ara Zornig (2008, p 74) “a masturbação infantil, a simples busca do prazer sexual, ou ainda a impossibilidade do ato sexual (como em alguns casos de impotência) [...]” são de grande importância para o desenvolvimento sexual da criança. Este fato remete-se à fala do Omero (51anos) *“mas tinham as fantasias de ir se masturbar no banheiro com aquelas revistas que conseguíamos com os colegas mais velhos podiam emprestar”*.

Ainda nas fala dos/as entrevistados/as Cecilia (51 anos) relata: *Eu tive uma experiência muito interessante, mas não tão boa, como você sabe sou do sítio, e eu tinha uma amiga que engravidou que fez um aborto, a mãe dela ajudou no aborto, mas como isso era tabu, depois ela me mostrou o embrião e o quanto aquilo foi terrível pra ela [...]*.

O quanto este assunto era tabu nesta época que as mulheres não podiam falar, afirma Cecilia (51 anos), que aquilo era traumatizante para ela e sua amiga. Para Weeks (2000, p. 24)

[...] existe a aceitação generalizada do controle da natalidade e o apoio a leis de aborto liberais, sublinhando, ambos, uma crença geral de que a atividade sexual deveria envolver um alto grau de escolha, especialmente para as mulheres.

O autor ainda ressalta que as novas relações entres as famílias estão mudando e “[...] os melhores exemplos disso são fornecidos pela expressão "família de pai solteiro" ou "de mãe solteira" (WEEKS, 2000, p. 24).

Ressalta-se nesta subseção a importância da família no processo de educação sexual dos/as filhos/as para que haja uma abertura de discussão sem interditos e tabus.

5.4 IMPRESSÕES SOBRE ATUAÇÃO DOS/AS PROFESSORES/AS SOBRE A TEMÁTICA E PROPOSTAS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR.

Os/as docentes falaram sobre a atuação dos/as professores/as na sala de aula sobre a temática que este trabalho vem discutindo, é possível perceber isso na fala de alguns/algumas entrevistados/as.

Edna (47 anos) *“Eu acho que não por que, porque eu sou professora do Curso de Pedagogia e vejo a falta que isso tem, embora eu não conheça, mas eu pressuponho que no Curso de Pedagogia e nos Cursos de Formações de Professores alguma disciplina sistematizada que trabalhasse de forma pontual essa questão, porque os professores não saem formados nessa questão, aliás, saem com muito preconceito e levam pra sua sala de aula esse preconceito”*.

Sophia (40 anos) *“Penso que não, muitos professores que estão na educação infantil vieram desta educação, o que precisa é de formação, capacitação para não transforma esse conteúdo em estereótipo, não deixar que a educação sexual e a sexualidade se tornem moralismo em sala de aula”*.

Dorinha (48 anos) *“Sim, outro não sabe, não consigo generalizar assim todos não, uns estão mais preparados que outros. Os motivos são sua própria história de vida, a forma que foi introduzida à sexualidade, não pensa que isso seja definitivo”.*

Ainda há muito a ser feito sobre a temática educação sexual, a própria fala dos/as docentes remete à falta de mais formação nos Cursos de Licenciatura, especificamente no de Pedagogia da UEM, para que os/as futuros/as pedagogos/as possam trabalhar a temática mais adequadamente com os/as educandos/as.

Para Colling (2009, p. 78),

[...] a escola, seu currículo, suas funções e relações com a sociedade, o conhecimento e a construção e identidades pessoais, sociais e culturais estão sendo colocados em questão. Ela não pode mais negar a nova realidade que se apresenta com outros espaços, outros tempos e novas formas de comunicação.

A autora ainda reforça que a escola hoje tem que falar mais sobre sexualidade e diversidade sexual, porque o mundo está se modernizando com as novas constituições familiares tais como: casais homoafetivos, avós que criam os/as netos/as, só a mãe ou somente o pai. É o que também afirmam os/as docentes do Curso de Pedagogia sobre a formação desse/a professor/a que assumirá uma sala de aula, por isso a importância dessa especificidade na graduação.

Quase todos/as entrevistados/as sugeriram formação continuada, criação de disciplina no currículo, e é o que será discutido na próxima subseção deste trabalho.

5.5 CURSO DE PEDAGOGIA DA UEM: QUESTÕES SOBRE SEXUALIDADE

Nesta subseção discute-se se os/as docentes do Curso de Pedagogia sabem se têm disciplinas que discutem sexualidade, sendo que na quarta

seção deste trabalho, já foi feita a apresentação da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia e quais são as disciplinas que discutem essa temática, agora será discutido sobre o que os/as docentes entrevistados/as falaram sobre o currículo.

Rosa (60 anos) afirma que *“A única disciplina que fala sobre isso é da Eliane Maio, precisamos colocar uma disciplina biológica no Curso”*.

Emília (49 anos) relatou que *“Quando a gente trabalha a psicologia no primeiro ano é Freud, a gente fala sobre a sexualidade, mas lá vai ser do jeito que o professor vai abordar o assunto, fora isso não sei se tem, não posso afirmar isso, só sei o que eu converso com as alunas”*.

Sophia (40 anos) *“Não sei se têm, acho que não, acho que em Política deve ter quando tratam da LDB, algumas questões que podem puxar algo sobre gênero, mas assim como matriz curricular em especial ao do nosso Curso deve ser revista urgentemente não só para inserir o conteúdo da sexualidade, mas outros pontos também”*.

Cecilia (51 anos) *“[...] mas eu acho que no currículo da Pedagogia o ensino de matemática, língua portuguesa e educação sexual devem ser discutidos sempre e não em metodologia [...]”*.

Arnaldo (49 anos) *“Eliane Maio é do nosso curso, ela é uma referencia nessas discussões”*.

O currículo de Pedagogia está em vigência desde 1973, mas nunca tiveram nas reformulações da Matriz Curricular disciplinas que tratem deste tema. Os/As professores/as sentem falta deste assunto na formação dos/as alunos/as, como Emília (49 anos) disse em sua fala *“mas lá vai ser do jeito que o professor vai abordar o assunto”*.

Para Britzman (2001, p.61)

o que acontece com a sexualidade quando professoras e professores que trabalham no currículo da escola começam a discutir seus significados? Será que a sexualidade muda a maneira como a professora e o professor deve ensinar? Ou será que a sexualidade deveria ser ensinada exatamente da mesma forma que qualquer outra matéria? Quando os professores pensam sobre a sexualidade, o que é que eles pensam? Que tipo de conhecimento poderia ser útil para seu

pensamento? Existe uma posição particular que se deveriam assumir quando se trabalha com o conhecimento da sexualidade? Quais são as relações entre nosso conteúdo pedagógico e as interações que temos com os alunos e as alunas?

A autora ainda reforça que o assunto sobre sexualidade deve instigar a curiosidade, tanto nos/as acadêmicos/as no ensino superior, quanto nos alunos/as na sala de aula. Os/as entrevistados/as sentem essa necessidade, mas ninguém se propõe a estudar, e sempre mencionam a uma única pessoa a Professora Dra. Eliane Rose Maio, que trabalha com a temática, em seu grupo de estudos o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX), promovendo debates, Simpósio, Curso de Formação nas escolas para professores/as, palestras, pesquisa CNPq, PIBIC, PIC, Trabalho de Conclusão de Curso, bem como no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE).

O currículo do Curso de Pedagogia deve ser revisto e ampliado para mais assuntos da atualidade, tais como: sexualidade, alfabetização e entre outros, mas sempre visando à formação dos/as pedagogos/as, para uma abertura mais adequada nas escolas para a temática.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que é necessário discutir na escola e na família questões sobre sexualidade, pois a falta de conhecimento sobre esta temática faz com que os/as profissionais da educação tenham dificuldade em falar sobre o tema em sala de aula. Às vezes essa falta de conhecimento seja por causa da formação religiosa e cultural que os/as entrevistados/as tiveram.

O objetivo deste trabalho foi analisar a fala (histórias orais) dos/as docentes do Curso de Pedagogia e a implicação na Matriz Curricular do Curso do *campus* sede, para saber quais foram as implicações da sua educação sexual formal e informal ao falar sobre questões que envolvem a sexualidade nas escolas, sem intervenção religiosa, cultural e nem tabus, precisa de uma formação adequada.

Quando se fala sobre discutir sobre sexualidade quer se dizer que devem ser implantadas nos currículos das licenciaturas, disciplinas que trabalhem sobre sexualidade e diversidade sexual, com abordagens, práticas pedagógicas em sala de aula, visando a preparar os/as profissionais da educação para saberem lidar com as situações sobre as manifestações sexuais e dúvidas dos/as alunos/as.

Em cada entrevista com os/as docentes pode-se sentir uma educação generalizada no sentido da religião, família, escolas onde eles/as estudaram, o que podiam e que não podiam fazer, em alguns momentos da entrevista eles/as deixam escapar algo que sentiam desejo sexual naquela época em que não podiam falar ou até mesmo expressarem, então para os mesmos, foram momentos de recordar de lembranças.

Sentiu-se também, em suas falas, a necessidade de se discutir a temática no Curso de Pedagogia quando lhes foi perguntado se têm alguma disciplina na Matriz, e analisam que deve ser reformulado o currículo. E analisando a própria Matriz Curricular destacou-se que com uma carga horária tão grande se dispõe uma pequena parte para discutir o assunto Sexualidade.

Conclui-se ainda que os estudos e pesquisa neste campo da educação são essenciais para se obter dados sobre a discussão sobre a sexualidade e, sobretudo, como está sendo discutida esta educação sexual nos currículos das

licenciaturas e nas escolas com os/as professores/as formados/as após esta pesquisa, confirma-se assim, a importância dos estudos, numa academia, que é a Universidade.

7. REFERÊNCIAS

ALDEMAN, Mirian. Paradoxos da Identidade: A Política de Orientação Sexual No Século XX. **Revista de Sociologia e Política** Nº 14: jun. 2000, p. 163-171.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Maria da Penha** - LEI Nº 11.340/2006. Brasília: CASA CIVIL, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – Lei n. 13005/2014. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – Lei n. 13005/2014. Brasília: Casa Civil, 2014.

BRAGA, Eliane Rose Maio. Questão de Gênero e da Sexualidade na Educação. In: RODRIGUES, Eliane; ROSIN, Sheila Maria (Orgs.). **Infância e Práticas Educativas**. Maringá: Eduem, 2007, p. 211-219.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 61-92.

COLLING, Ana Maria. Relação de Poder e Gênero no Currículo Escolar, Corpo. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Porto Alegre: FURG, 2009, p. 77-82.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Escolarização da sexualidade: apontamentos para uma reflexão. In: SIERRA, Jamil Cabral; SIGNORELLI, Marcos Claudio (Orgs.). **Diversidade e educação**: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia. Matinhos: UFPR Litoral, 2014. p. 17- 30.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**. v. 14, n. 3 (42), , Campinas, SP - set./dez. 2003, p. 89-101.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: vontade de saber. Tradução: Maria Tereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. p. 7 – 20.

Freud, S. (1976a). **Três Ensaios sobre as teorias da sexualidade** (J. Salomão, Trad.). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).

GIDDENS, Anthony. **Foucault e a Sexualidade**. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas/ Anthony Giddens; Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. – (Biblioteca básica). p. 27 – 46.

LACERDA, Gustavo Biscaia. Sobre as relações entre igreja e estado: conceituando a laicidade. In: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Ministério Público em defesa do Estado laico**. Brasília: CNMP, 2014. p. 177-204.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: Pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. p.17-23.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Organizadora). **O corpo educado**. Tradução: Tomas Tadeu da Silva. 2ª ed. Autentica. Belo Horizonte. 2000, p. 07-34.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 166-173.

REIS, Maria Helena. VILAR, Duarte. A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores. **Análise Psicológica**. 2004. Lisboa – Disponível em: scielo.oces.mctes.pt. Acesso em 12 de Janeiro de 2015.

RESSEL, L. B.; JUNGES, C. F.; SEHNEM, G. D.; SANFELICE, C. A influência da família na vivência da sexualidade de mulheres adolescentes. **Esc Anna Nery**. 2011 - SciELO Brasil, p. 245-250.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25.

SALGADO, Gabriel Maia. Maioria dos Planos Estaduais de Educação aprovados incluem referência à Igualdade de Gênero. **De olho nos Planos**, 2016. Disponível em <http://www.deolhonosplanos.org.br/maioria-dos-planos-estaduais-de-educacao-aprovados-incluem-referencia-a-igualdade-de-genero/>. Acesso 25 de Fev. de 2016.

SANTOS, Dayane Brunetto Carlin dos; ARAUJO, Débora Cristina de. Sexualidades e Gêneros: questões introdutórias. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Sexualidade**. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 13-28.

SCLIAR, Moacyr. História do Conceito de Saúde. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2007. p. 29-41.

TAKANO, Andressa Mary *et al.* Sugestões para a readequação do TCC do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá. **XX Semana de Pedagogia da UEM**. Maringá, 2013. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/semanadePedagogia/2013/PDF/T-02/48.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

UEM. **Matriz Curricular do Curso de Pedagogia**. Pró-Reitoria de Ensino – Graduação UEM – 2015. Disponível em: <<http://www.pen.uem.br/html/pen/graduacao/Cursos/ped.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

WEEKS, Jeffrey. O CORPO E A SEXUALIDADE -. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**. Tradução: Tomas Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2000, p. 35-82.

XIMENES, Sérgio. **Dicionário de Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ediouro, 2001.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. As Teorias Sexuais Infantis Na Atualidade: Algumas Reflexões. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 13, n. 1, p. 73-77, jan./mar. 2008.

8. APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO

1. Como foi a educação sexual apresentada por seu/sua pai/mãe/responsável?
E na escola como era discutido o assunto?
2. Qual era sua opinião em relação à sexualidade?
3. O que você pensava sobre a Educação Sexual na escola?
4. Qual história mais absurda, que se lembre que envolveu o tema sexualidade no seu meio familiar?
5. Você acha que a Educação Sexual deve ser discutida, na escola em todos os níveis escolares?
6. Em sua opinião, os/as professores/as sabem lidar com questões voltadas à sexualidade em sala de aula? Quais motivos?
7. Na Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da UEM, tem assuntos relacionados à educação sexual escolar? Caso sim, quais são as disciplinas? Caso não, o que pode ser feito?

9. APÊNDICE 2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo/a a participar da pesquisa intitulada **“HISTÓRIAS ORAIS: EDUCAÇÃO SEXUAL FORMAL E INFORMAL DOS/AS DOCENTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - SEDE”** que faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, que é orientado pela Professora Dra. Eliane Rose Maio, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O objetivo da pesquisa é destacar as histórias orais, sobre educação sexual dos/as professores/as do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá - SEDE, com vistas a repercussão na formação de alunos/as que frequentam o curso de Pedagogia da mesma instituição. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: será entregue um questionário com sete (7) questões subjetivas sobre o tema sexualidade que concordarem voluntariamente participar da pesquisa. Os comentários e considerações da pesquisa e dos/as entrevistados/as serão mantidos em sigilo e confidencialidade. Informamos que a sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Os benefícios esperados são para que possa ter contato com a temática da sexualidade, no espaço escolar, e assim levar este conhecimento no contato com na formação de professores/as. Os riscos previstos ao sujeito pelo teor das perguntas, porém há a garantia de que se não quiser responder, estará ciente deste desconforto e poderá desistir de respondê-las. Os materiais utilizados na pesquisa (questionários) serão queimados após a utilização dos mesmos. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite mais esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pela pesquisadora e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos/as (pela pesquisadora e por você) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu..... declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Professora Dra. Eliane Rose Maio.

_____ Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Eliane Rose Maio, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:.....

Assinatura da pesquisadora

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o/a pesquisador/a, conforme o endereço abaixo:

Nome: Eliane Rose Maio
Endereço: Av. Colombo, 5790 – Maringá-Paraná
(telefone/e-mail) (44) 30114887 – elianerosemaio@yahoo.com.br

Nome: Daniele Oliveira
Endereço: Av. Governador Parigot de Souza 168
(telefone/e-mail): (44) 9862-8163 – danieleoliveira006@hotmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM
Universidade Estadual de Maringá.
Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.
Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.
CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444
E-mail: copep@uem.br

